



A INSTITUIÇÃO E AS INSTITUIÇÕES: ESTUDOS PSICANALÍTICOS

de R. KAËS, J. BLEGER, E. ENRIQUES, F. FORNARI,
P. FUSTIER, R. ROUSSILLON, J. P. VIDAL
São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991, 171 p.

por **Maria José Tonelli**, Professora do Departamento de Fundamentos Sociais e Jurídicos da Administração da EAESP/FGV.

A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos compõe-se de sete artigos que discutem o funcionamento institucional, a partir do referencial teórico da psicanálise. Analisa-se neste conjunto as instituições terapêutica e familiar. Embora traduzidos para o português com uma certa distância das publicações originais, os textos são valiosos, clássicos, no contexto do estudo, da pesquisa e mesmo da intervenção, no trabalho com grupos, tendo em vista sua dinâmica intrinsecamente psicossocial. O estudo dos grupos e das instituições sempre sofreram dificuldades: no prefácio do livro, a profa. Arakcy M. Rodrigues as aponta tanto na Sociologia como na própria Psicanálise. Estes artigos, entretanto, produzidos por autores com formações diversas, mas que têm fortemente a Psicanálise como seu pano de fundo teórico, dimensionam a relação inconsciente e funcionamento grupal, reforçando a idéia freudiana de que toda Psicologia individual é ao mesmo tempo social.

O artigo de Rene Kaës, "Realidade psíquica e sofrimento nas instituições", trata justamente das dificuldades de se analisar as instituições quando se está engajado nelas. Esbarra-se em problemas que o autor qualifica de narcísicos, já que a singularidade de cada sujeito não pode aparecer ao mesmo tempo que a instituição estrutura a identidade de cada um de nós. Para poder realizar suas funções específicas, as instituições necessitam e mobilizam processos psíquicos. É sobre estes processos que Kaës elabora o conceito de **aparelho psíquico grupal**. Nas suas palavras: "O conceito de aparelho psíquico de agrupamento permite pensar o agenciamento específico da realidade psíquica na relação do indivíduo com o conjunto intersubjetivo no qual toma parte e ao qual dá consistência" (p. 11). Kaës diz que é possível perceber os aspectos inconscientes da realidade psíquica, que estão investidos na instituição,

justamente através do sofrimento e da psicopatologia que aí se desenvolvem. São três tipos particulares de sofrimento que o autor examina neste artigo. O primeiro diz respeito à própria fundação da instituição, quando as instituições são insuficientes para sua função; em segundo lugar, o sofrimento pode estar relacionado à impossibilidade na realização da tarefa primária e tarefas secundárias se colocam no lugar. Finalmente, pode haver um distanciamento entre os objetivos institucionais e aquilo que se pede para os indivíduos realizarem.

O segundo texto, de José Bleger, "O grupo como instituição e o grupo nas instituições", propõe que há entre os grupos aquilo que ele denomina de **sociabilidade sincrética**, isto é, "um tipo de relação que, paradoxalmente, é uma não-relação, ou seja, uma não individualização; este tipo de relação impõe-se como matriz ou como estrutura de base de todo o grupo e persiste de maneira variável durante toda a vida" (p. 41). Para o autor, justamente o **fundo de sincretismo** é o que constitui e estabelece os laços mais estreitos entre os membros do grupo. Ele explica, contrapondo-se a um exemplo dado por Sartre, que numa fila de espera por um ônibus, onde, na concepção sartriana, o indivíduo está totalmente isolado, que "a sociabilidade sincrética está presente, está depositada nas regras e nas normas que regem todos os indivíduos" (p. 45). Para Bleger, "podemos nos comportar como indivíduos em interação, à medida que participamos de regras e de normas que são mudas, mas que estão presentes e graças às quais podemos então desenvolver outras regras de comportamento. Para entrar em interação, é preciso que haja um fundo comum de sociabilidade." (p. 45) O autor desenvolve, então, três tipos de vínculos que os indivíduos podem estabelecer com o grupo: o primeiro, que procura estabelecer sua identidade através do grupo, num processo mais simbólico, e aí estes indivíduos terão um papel de estagnar o desenvolvimento do processo grupal; outro tipo constituído para personalidades psicopáticas, perversas e para as quais a interação com o grupo parece não ter um papel não fundamental. O terceiro tipo constituído pelo que o autor denomina de pessoas neuróticas ou normais, e que, ao participarem do grupo, podem se mostrar ativas.

No artigo "O trabalho de morte nas instituições", Eugene Enriquez afirma que, em primeiro lugar, é preciso delimitar o campo de análise: "A família, a Igreja, o Estado e os 'grupos' educativos e terapêuticos podem, com toda razão, ser considerados como instituições, porque todos colocam o problema da alteridade, ou seja, da aceitação de outro enquanto sujeito pensante e autônomo por cada um dos atores sociais que mantém com ele relações afetivas e vínculos intelectuais." (p. 53) Nesta medida, elas permitem que as pulsões sejam alocadas em favor do "bem comum". Enriquez enfatiza a idéia freudiana, da necessidade das instituições sem as quais não existiria civilização.

Mas também a concepção freudiana é força atuante de que as instituições estão fundadas sobre sua violência original, e que ela pede que os indivíduos renunciem à satisfação das pulsões, e ao fazer isso, "é capaz de

reacender os combates entre iguais e favorecer o desejo de transgressão das interdições..." (p. 55).

Ao verificar que as instituições, apesar de seu papel na contenção de ansiedades (conforme demonstra E. Jacques), podem não se colocar como anteparos suficientes, diz Enriquez, é necessário admitir a presença de Tanatos e assim perceber seu "papel essencial na vida da instituição".

Enriquez propõe que no plano individual a aceitação da morte é justamente o que permite aos indivíduos "deixar sua marca no mundo, por menor e mais furtiva que seja." (p. 77) No coletivo, pode haver nas instituições a tentativa de negar a morte. Algumas de fato morrem, mas as que podem "se aproximar do abismo e olhá-lo de frente... conseguiram continuar abrindo, com mais humor e ironia, portanto, com mais lucidez, o caminho que traçaram para si..." (p. 79).

O trabalho de Franco Fornari "Por uma psicanálise das instituições", apesar de referido genericamente às instituições, trata da família, enquanto instituição social para servir como referência ao processo de constituição de classes sociais, numa discussão, no mínimo, polêmica e delicada.

Na primeira parte do artigo, o autor retoma as concepções clássicas de Freud, Bion e Jacques. Fornari adota o suposto básico destes últimos autores, de que as instituições se constituem em funções defensivas contra angústias primárias e passa a estudar, então, uma instituição particular, a família. Propõe o conceito de **angústia genética**, "a angústia da deterioração do produto da concepção, traduzida, em cada mulher em trabalho de parto, pelo sonho de que daria à luz uma criança defeituosa, doente, incapaz, monstruosa." (p. 95) É a essa angústia, originária, que a premonição de "criança messias", própria do grupo (acasamento descrito para Bion, responderia, então, como idealização). Trata-se de um mecanismo de defesa contra a angústia genética. O autor examina este conceito na análise de três sonhos de gravidez.

Na concepção de Fornari, "a constituição da casta (secundariamente de classe) realiza fundamentalmente todos os mecanismos defensivos implicados na posição esquizoparanoide (clivagem, idealização, identificação projetiva, controle sádico, onipotente, negação etc). Os conflitos de classe, à medida que remetem à constituição de um universo social mais homogêneo, implicariam fundamentalmente a passagem do objetivo parcial ao total e seriam então provocados sobretudo pela posição depressiva. Historicamente, observa-se uma oscilação entre as duas posições" (p. 108). O autor propõe neste ensaio que a divisão de classes sociais está centrada (além de seus fundamentos econômicos) em mecanismos irracionais, à medida que estão baseados em elaborações paranoídes dos conflitos.

No artigo, "A infra-estrutura imaginária das instituições – a respeito da infância desajustada", Paul Fustier coloca que a instituição é composta de três patamares: a superestrutura, constituída pelas "suas características formais, da sua organização, dos gestos técnicos, do perfil e dos

comportamentos profissionais dos seus membros. Ela é aquilo que a instituição apresenta de si mesmo quando se lhe descreve as modalidades." (p. 112) Há a infra-estrutura imaginária composta pelos organizadores psíquicos e que "molda o trabalho da instituição a partir de um jogo de afetos". E entre as duas existe uma zona intermediária – a ideológico-teórica – que "capta as correntes do pensamento vinda de fora, transforma-as em argumento e constitui as 'razões' pelas quais este ou aquele tipo de funcionamento foi escolhido." (p. 113) O autor utiliza-se deste referencial para estudar as ideologias educativas no período de pós-guerra, especialmente daquelas instituições ocupadas em reeducação, no acolhimento de crianças carentes.

Fustier está de fato preocupado com o nível que ele denomina de **infra-estrutura**, que modelou estas instituições, no período citado, e as mudanças que se seguiram a maio de 68.

Rene Roussillon escreve: "Espaços e práticas institucionais – quarto de despejo e o interstício". Aqui, dois conceitos são estudados pelo autor: o de "quarto de despejo", que pode ser, nas instituições, o dia de uma reunião de síntese, de discussão de caso, isto é, um lugar que os "resíduos", o lixo, possam ser tratados. Roussillon está se referindo a instituições terapêuticas e/ou educativas, onde, o papel do psicólogo, em geral, um pouco à margem das instituições, serve como depositário destes despejos.

Outro ponto abordado pelo autor é o dos interstícios: "o interstício designa os lugares institucionais que são comuns a todos, lugares de passagem (corredores, cantina, secretaria, pátio, salas dos enfermeiros, dos professores, entrada de gabinete etc.)" (p. 180). É um lugar que não é ocupado propriamente pelo tempo-trabalho e que pode ser um lugar fora da instituição, o "bar da esquina", por exemplo. Novamente tratando de instituições terapêuticas, Roussillon levanta as funções dinâmicas que o interstício ocupa.

Em "O familialismo na abordagem 'analítica' da instituição – a instituição ou o romance familiar dos analistas", Jean Pierre Vidal discute, na primeira parte de seu artigo, suas críticas à concepção de Fornari – justamente apresentadas neste mesmo livro. Vidal se contrapõe à noção de angústia genética de Fornari e o texto do autor é uma retomada das formulações de R. Lefort, de D. Anzieu, de Laborde, de Bonnevil e de G. Mendel. A questão que está sendo tratada é a da proibição do incesto, como organizador dos grupos familiares e das comunidades.

Os artigos apresentam uma linguagem peculiar, com conceitos psicanalíticos extremamente complexos, que exigem do leitor um conhecimento do referencial teórico empregado. Mas, os textos são clássicos e podem ser de utilidade para pesquisadores e consultores de áreas variadas: antropólogos, sociólogos, psicólogos sociais e profissionais da área de Recursos Humanos, que podem ter a oportunidade de conhecer e expandir sua percepção de muitos mecanismos de funcionamento de grupos, como, por exemplo, o significado dos "interstícios", que ocu-

pam funções dinâmicas importantes nas organizações; ou o conceito de aparelho psíquico grupal de R. Kaëz, mostrando aspectos inconscientes que estão investidos na instituição e que podem produzir patologias institucionais. O texto é útil também como uma revisão de outros autores, como Freud, Bion e Jacques, também clássicos, no que se refere à psicodinâmica da constituição de grupos e que são revisitados pelos autores do livro.



THE CULTURE OF CONTENTMENT

de **JOHN KENNETH GALBRAITH**

Boston: Houghton Mifflin Company, 1992.

por **Carlos Osmar Bertero**, Professor do Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da EAESP/FGV.

Há já mais de dez anos um tópico freqüente em conversas e discussões é o "declínio" dos Estados Unidos. Em tais colocações, o foco da "decadência" seria sempre econômico, ilustrado pela perda de competitividade da economia daquele país. Simultaneamente nós temos a ascensão de países com economias mais eficientes e que se vêm mostrando mais competentes exatamente no jogo que os americanos há muito jogam e que recomendam como prova de virtude econômica e tecnológica, a saber, a competitividade.

Embora não negando a existência de uma base econômica nas dificuldades dos EUA, o professor J. K. Galbraith acredita que o centro dos problemas do país situa-se no desenvolvimento que chegou à consolidação de uma cultura de satisfação ou do contentamento. Isto significa uma aceitação por parte da sociedade dos benefícios do enriquecimento ou da afluência, para usar uma palavra conhecida no vocabulário de Galbraith. Todavia o drama e a dificuldade dos EUA é a satisfação obtida pela afluência e mantida por uma cultura do contentamento não é de poucos nem de todos, mas de muitos. A afluência e o tipo de sociedade que se desenvolveu naquele país nas últimas décadas estenderam os benefícios de um padrão de vida de invejável Primeiro Mundo a muitos, mas houve simultaneamente o desenvolvimento de uma "subclasse" (*underclass*) formada por uma quantidade de

pobres absolutamente inaceitável numa nação que, a despeito de um eventual declínio, ainda é a maior economia do mundo e que exhibe, senão em todos, pelo menos na maioria dos setores e ramos índices de produtividade e de avanço tecnológico que a mantém na vanguarda.

É na cultura do contentamento que ocorrem a concentração da renda, a decadência da escola pública, um estado permanente deficitário e que hoje acumula a maior dívida pública da história do país, precários serviços de saúde, limitados serviços previdenciários, deterioração da infra-estrutura rodoviária e ferroviária. Na cultura do contentamento também prolifera uma política externa que se compraz no narcisismo do reconhecimento de que a guerra fria terminou com a derrota do comunismo, o fim da própria União Soviética e com a feliz confirmação de que os EUA, suas instituições políticas e seu *way of life* são a única alternativa à humanidade. Os militares não foram eliminados, apesar do proclamado término da bipolarização mundial, mas o *establishment* militar prossegue vigoroso e no essencial intocado. Durante a década de 80, quando cortes imensos ocorriam em programas científicos e tecnológicos, em diversos programas previdenciários, o orçamento militar não só se manteve mas recebeu acréscimos, tanto sob Ronald Reagan, como por intermédio de George Bush no Oriente Médio contra o Iraque.

Se a cultura do contentamento traz muitas satisfações e um sentimento renovado de autoconfiança, por outro lado ela bloqueia a visão e a percepção de todos os aspectos problemáticos da sociedade norte-americana, se por nada, pelo menos para que se possa manter imperturbado o contentamento. Afinal, quem são os contentes e satisfeitos? São muitos, o suficiente para dificultar qualquer mudança. São os que votam, num país onde o voto é facultativo. Isto equivale a 50% do eleitorado nas eleições ocorridas nos anos 80. Se considerarmos o bipartidarismo norte-americano, constatamos que Reagan foi eleito e reeleito por pouco mais de 50% dos eleitores. Como apenas 50% do colégio eleitoral compareceu às urnas, temos que Reagan em ambas as eleições não foi eleito por mais de 30% do eleitorado americano. Estes são inegavelmente parte dos contentes e satisfeitos.

Integram ainda esta substancial parcela contente a classe alta e a classe média norte-americana. Toda esta gente hoje equivale a cerca de 60% da população na melhor das hipóteses. Restam 40% que formam a "subclasse" mencionada por Galbraith. São os negros, hispânicos, integrantes de várias partes da América Central e do Sul, parte da África e até mesmo de alguns países da Ásia. Parcela importante da subclasse é formada por antigos integrantes da classe média que, por força das mudanças em tecnologia e no perfil de qualificações de mão-de-obra, terminaram por experimentar um descenso sócio-econômico.

Há pouca vontade, por parte dos que estão contentes, em lidar com a situação nacional para reintegrar à socie-